

## **Reforma Universitária: alguns critérios para análise(2)**

Ana Mercês Bahia Bock

CFP/PUC-SP

Esclareço que minha reflexão trará alguns dados e muitas perguntas, isso porque considero a Reforma Universitária um desafio a ser enfrentado, pois é preciso reformular a Universidade, mas ainda temos questões que se referem à melhor forma de fazermos isso.

Começo minha reflexão perguntando: quando falamos de Reforma Universitária, do que falamos? Falamos de um projeto de lei (PL 7200/06) que tramita no Congresso Nacional propondo reformas no sistema universitário brasileiro, resultado de negociações, debates, embates e controvérsias. Um processo que começou em 2003 com a formação de um grupo de trabalho interministerial. Em 2003, dezembro, tivemos a primeira versão da reforma; em agosto de 2004, a segunda; em julho de 2005, a terceira; e em maio de 2006, a quarta versão, que por sua vez deu origem ao PL 7200/06.

Mas, quando falamos de Reforma Universitária, falamos também de uma série de iniciativas do governo já implantadas. São decretos e medidas provisórias que instituem grande parte das medidas previstas no PL: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino superior (SINAES), PROUNI, Educação à Distância, Parceria Público-Privado, Educação profissional, inovação técnica, reserva de vagas.

Os princípios que regem as propostas são de:

- . Chamamento para que a educação superior exerça liderança na construção de um novo projeto nacional.
- . Chamamento à Universidade para superação das desigualdades sociais.
- . Democratização da educação, atingindo as camadas mais pobres da sociedade.

Cabe então uma segunda questão: quais os maiores problemas nesse campo, para os quais a reforma deve estar voltada?

Segundo dados do Censo de 2005(3) , 8% das instituições de ensino superior (IES) são Universidades; 92% são Institutos, Centros e Faculdades isoladas. O sistema é composto majoritariamente por pequenas instituições.

Em 2006(4) , os dados do ENADE nos permitiram outras informações:

- . Taxa de crescimento de 4,8 novos cursos por dia (a maior parte destes novos cursos formada por cursos pequenos e pertencentes à instituições privadas).

- . 10,9% dos jovens entre 18 e 24 anos estão na Universidade. Destes, 3% estudam na Universidade Pública. No entanto, temos vagas para todos que concluem o ensino médio: 1.860.000 concluem o ensino médio regular, enquanto existem 2.430.000 vagas no ensino superior. 49% das vagas do ensino privado superior estão ociosas; 30% das vagas do ensino público, idem.

- . 26,7% das matrículas são em instituições públicas; 73,2%, nas privadas;

- . 1051 escolas superiores estão concentradas na região sudeste do país, ou seja, 48,5% das escolas estão em SP, MG e RJ. Para comparação: 370 escolas (17%) estão no Sul e 388 escolas (18%) estão no Nordeste; no Centro-Oeste, estão 230 escolas (11%), e, no Norte, 122 escolas (5%). Temos, assim, uma distribuição que obriga jovens de outras regiões a se deslocarem para o Sudeste para cursar uma Universidade. Isso impede que jovens de baixo poder aquisitivo possam fazer a mesma coisa. Temos, assim, desigualdade de acesso. Podemos analisar, também, as metas colocadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE)(5) :

- . Matricular 30% da população da faixa etária apropriada até 2011.

- . Fazer com que 40% das matrículas sejam oferecidas pelas IES públicas.

- . Reestruturar a avaliação.

- . Melhorar os instrumentos de avaliação.

Cabem ainda, em nosso cenário, alguns dados dos alunos da Psicologia, a partir do ENADE:

- . Enquanto 50% da população brasileira têm renda até três Salários Mínimos, na Psicologia temos apenas 27% dos ingressantes e 14% dos concluintes inclusos nessa faixa.

- . Se tomarmos a faixa de 10 Salários Mínimos, onde estão concentrados apenas 11% da população brasileira, teremos entre os ingressantes 27% e entre os concluintes, quase 40%.

- . 76% são brancos (no dado geral de todos os cursos, têm-se 70% de brancos).

- . 3,2% são negros.

- . 35% vieram do ensino médio feito em escola pública;

Assim, podemos saber que a Universidade no Brasil tem cor, e é branca; a Psicologia tem cor, e é branca; a Universidade é dos mais ricos, e na Psicologia, também.

Com este quadro, colocamos então mais uma pergunta: o que importa considerarmos para avaliação da política para a educação superior?

Os jovens com idade para estarem na Universidade não estão lá. Nem chegaram ainda ao ensino médio, pois, como vimos, temos mais vagas no ensino superior do que jovens que terminam o ensino médio. Isso faz com que haja vagas ociosas no ensino superior que, estando em escolas privadas, em sua maioria, precisam ter seus custos reduzidos para que sobrevivam. E isso, já sabemos como é feito: com prejuízo da qualidade do ensino.

Os jovens que entram nas escolas superiores nem sempre conseguem concluir seus cursos, com certeza em virtude das dificuldades para arcar com os custos envolvidos.

Podemos então concluir, elencando algumas questões:

1. Como garantirmos ingresso e permanência no ensino superior?
2. Como garantirmos a qualidade deste ensino?
3. Como o ensino superior pode contribuir para a redução da desigualdade social?

Estas três questões são centrais. Ao avaliarmos qualquer mudança no ensino superior, devemos estar guiados por, pelo menos, estas questões, que podem ser traduzidas em princípios: pleno acesso, permanência de todos e qualidade.